

Economia, tecnologia e os tons distintos de felicidade

Conferência Internacional
Grandes Esperanças:
Economia, Tecnologia e Felicidade
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
23 e 24 de Abril de 2001

Será que a atual Revolução da Informação reverterá realmente a tendência de desigualdade crescente no interior dos países e entre eles, ou acabará por ser um importante fator a mais que contribui para aquela tendência? Será que ela expandirá ou reduzirá o controle, já limitado, que exercemos sobre a volatilidade financeira, as bolhas econômicas como a das ações de tecnologia, a precariedade do emprego e até mesmo das vidas humanas? A essas questões só podemos humildemente responder que não sabemos. Pode dar certo ou errado, dependendo da maneira como conduzirmos o processo de mudança.

Se procurarmos a resposta na história, esta não nos ajudará muito. Aqueles que, com exuberância um tanto exagerada, gostam de comparar o que estamos testemunhando com a Revolução Industrial, geralmente esquecem um aspecto perturbador daquele fenômeno notável: ela foi não apenas, junto com a Revolução Agrícola do Neolítico, um dos avanços mais fundamentais em produtividade da história da humanidade. Ela também criou o fosso entre os países do Ocidente e o resto do mundo, fosso que só se alargou desde então. De maneira poderosa e talvez sinistra, ela inventou o subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que criava o desenvolvimento.

O falecido historiador econômico Paul Bairoch mostrou que, no início do século XVIII, a diferença nos níveis de produção entre a Europa ocidental e os principais países do que viria mais tarde a ser chamado de Terceiro Mundo, incluindo a China, era da ordem de 1,2 ou 1,3 para 1 - ou seja, entre 20 e 30 por cento. O mesmo era verdade com relação às diferenças em tecnologia, produtividade, bem-estar. Hoje em dia, a diferença se elevou exponencialmente em centenas de pontos percentuais.

O mesmo padrão pode ser constatado quando analisamos a primeira Revolução da Informação, a invenção da imprensa por Gutenberg. Alguns de seus contemporâneos extraíram da invenção a conclusão correta. Assim promoveram a alfabetização e colocaram livros, começando com a Bíblia, nas mãos do povo. Outros não o fizeram. No Brasil, por exemplo, o funcionamento da primeira impressora só foi autorizado no início do século XIX, quando o Rei de Portugal, fugindo dos exércitos de Napoleão, para cá se mudou.

Em ambos os casos, a dificuldade não está nas inovações tecnológicas - a tipografia no primeiro caso, à qual deveríamos acrescentar hoje o computador, o satélite de telecomunicações, a telefonia celular - mas sim na mudança de atitude requerida pelo advento dessas tecnologias; mudanças nas maneiras tradicionais de fazer as coisas e fazer negócios, e a adoção de políticas apropriadas nos níveis internacional e doméstico que permitiriam o aproveitamento total do progresso tecnológico.

Essas mudanças não são de maneira nenhuma conseqüência automática ou resultado

inevitável das grandes viradas tecnológicas da história. Mais cedo ou mais tarde, essas mudanças se espalharam pelo mundo, ou pela maior parte dele. Mas as diferenças na velocidade de propagação determinarão quem ficará para trás, tornando-se subdesenvolvido ou marginalizado, como aconteceu após a Revolução Industrial.

Para uma organização como a UNCTAD, que enxerga os eventos sob a perspectiva do desenvolvimento e avalia a necessidade não apenas de medidas com o objetivo de disciplinar os devedores mas também de políticas dirigidas aos credores, a questão básica é de indagar se o ambiente global está suficientemente equilibrado e saudável para apoiar um padrão de crescimento puxado pelas tecnologias de informação que possa trazer benefícios significativos para os países mais pobres. O fato de que a introdução dessas tecnologias coincidiu com crescimento mais rápido ou mais lento é um estímulo para a reflexão. Há claramente algumas realidades fundamentais sobre mudança tecnológica que precisam ser encaradas.

A mudança tecnológica não é uma panacéia universal, nem é ela autônoma com relação às outras condições que prevalecem em uma dada sociedade. Ela é de difícil acesso e adaptação; seus mercados são freqüentemente imperfeitos ou inexistentes; e ela depende de uma série de "capacidades sociais" nem sempre presentes.

Nem é ela independente do seu contexto macroeconômico. O novo conhecimento está sempre presente sob a forma de novos equipamentos e de novas qualificações humanas. Sua difusão e absorção requerem investimentos, muitas vezes em larga escala e quase certamente dependendo de considerável participação do setor público. Apenas o esforço empresarial não será capaz de produzir maiores ganhos sócio-econômicos.

Os Estados Unidos têm sido os líderes incontestáveis no uso de novas tecnologias, gozando das vantagens conseqüentes sob a forma de mais rápido crescimento da produtividade e maior criação de empregos. O panorama econômico americano já foi completamente transformado por uma revolução tecnológica que estimula outros países, inclusive os mais pobres do mundo. Uma das maneiras usadas pelas empresas européias e japonesas para se atualizar nessa competição tem sido a aquisição de empresas ou a abertura de filiais nos Estados Unidos. Esse movimento desencadeou uma onda de fusões e aquisições internacionais nos setores de novas tecnologias. Mas a maior parte das empresas dos países em desenvolvimento obviamente não participa do jogo de fusões e aquisições, a não ser como perdedoras ou objeto das aquisições.

Há outros desenvolvimentos preocupantes que derivam da ruptura tecnológica. O encurtamento do ciclo de produção para muitos produtos de tecnologia aumenta os gastos de P&D, intensificando as pressões competitivas sobre as firmas dos países em desenvolvimento. Novas atividades centradas no conhecimento tendem a usar menos recursos naturais, exacerbando tendência já desfavorável nos preços das commodities. Empregos bem pagos no campo da tecnologia da informação estão atraindo algumas das mais brilhantes inteligências dos países em desenvolvimento em uma espécie de "erosão" dos seus recursos.

Outra preocupação surge da tendência de proteger em excesso os direitos de

propriedade intelectual. Como Jeffrey Sachs incisivamente colocou em artigo recente, "os países ricos deveriam usar de moderação no exercício de direitos de propriedade intelectual. Os países ricos estão afirmando unilateralmente direitos de propriedade privada sobre seqüências genéticas humanas e vegetais, ou códigos computacionais básicos, ou compostos químicos há muito tempo usados em remédios herbáceos. Essas abordagens são de legitimidade duvidosa e aumentarão as desigualdades globais. É preciso encontrar melhor equilíbrio entre os incentivos para a inovação, por um lado, e os interesses dos mais pobres, pelo outro".

Mesmo nos países industrializados, o empreendedor compete com o capitalista pela conquista da alma das novas tecnologias, alimentando uma bolha financeira global em ações de empresas de tecnologia, cujos preços até recentemente vinham subindo mais rápido do que a produtividade. O medo de um prolongado "crash" no mercado de ações desse setor permanece uma preocupação das autoridades econômicas e analistas no mundo todo. Além disso, o impacto de uma "aterrissagem forçada" poderá ser especialmente mais prejudicial para os países em desenvolvimento.

Esses problemas concretos, incluindo a preocupação de que a tecnologia estaria retirando de nós o controle sobre nossas próprias vidas, estão no âmago do medo generalizado criado pela globalização. Tais problemas devem, no entanto, ser contrabalançados pelas não menos brilhantes e encorajadoras promessas da globalização. De fato, para os países em desenvolvimento, a emergência de economia global baseada na informação deveria, em princípio, ser boa notícia. Na medida em que a relação entre a potência e o preço de equipamento de informática continua subindo, e o custo da transmissão de informação sobre fronteiras cai, abrem-se oportunidades sem precedentes para reduzir o atraso. Ao mesmo tempo, a portabilidade, flexibilidade, e o baixo custo dessas tecnologias permitem que pequenos atores se tornem competidores globais.

Uma resposta eficaz a esses desafios exigirá, como nas revoluções tecnológicas do passado, novas atitudes e mentalidades. Reforçar a base de recursos através da educação, pesquisa e desenvolvimento e treinamento será essencial. Um tipo de tratamento mais favorável será indispensável tanto para os usuários como para os produtores potenciais de novas tecnologias em países em desenvolvimento. Na sua ausência, esses países permanecerão apenas como essas oficinas de lamentáveis condições de trabalho e salário baixo, onde as rendas serão determinadas pelo valor agregado por uma força de trabalho barata que se ocupará apenas da montagem de produtos de alta tecnologia, enfrentando, portanto, uma defasagem tecnológica sempre crescente em relação à criação e à inovação de produtos.

A verdade é que não existem soluções tecnológicas rápidas para o desafio do desenvolvimento, nem pode o desenvolvimento das tecnologias de informação ser perseguido isoladamente das questões "velhas" da economia tradicional. O investimento permanece a chave decisiva para o crescimento na era digital, da mesma maneira que o foi nos tempos áureos das ferrovias. Dado que o investimento em linhas telefônicas, satélites e computadores envolve novas tecnologias por meio da importação de bens de capital e acordos de licenciamento, a recuperação do atraso tecnológico exige moeda forte para pagar as importações necessárias.

Já faz algum tempo que a UNCTAD vem exortando os líderes dos países ricos a

considerar seriamente os desequilíbrios e assimetrias globais que vêm danificando as perspectivas para os países em desenvolvimento. Apesar de todo o seu potencial, as novas tecnologias não são uma via expressa para a prosperidade econômica para todos, e sim parte integral de uma estrutura global que permanece com um viés pesado contra os pobres e os menos afortunados. A cooperação regional pode ser uma maneira para os países em desenvolvimento desafiarem esse viés, criando os mercados de tamanho suficiente para apoiar seus esforços tecnológicos. Essa cooperação pode ser também a mais apropriada para o estabelecimento de novos arranjos financeiros comparáveis aos disponíveis para as empresas de alta tecnologia nos países desenvolvidos.

Mas no final das contas são os países avançados que precisam repensar sua abordagem sobre o desenvolvimento na era digital, facilitando o acesso à tecnologia e apoiando-o através de maior acesso aos seus mercados e por meio do fornecimento de recursos externos para os países em desenvolvimento, incluindo-se entre esses meios a assistência ao desenvolvimento e o alívio mais eficaz da dívida.

Independente do que façam ou deixem de fazer os países avançados, a resposta para os problemas de desigualdade e pobreza extremas não virá apenas da tecnologia e da economia. A solução desses problemas dependerá de valores como a equidade, a solidariedade e a compaixão, que pertencem a um domínio bastante distinto. Tecnologia e economia devem ser tratadas como o que são-instrumentos não autônomos e não absolutos de grande utilidade-mas devem ser também resolutamente subordinadas a uma aspiração humana muito mais nobre: a criação de uma sociedade mais justa, generosa e equilibrada.

RUBENS RICUPERO, secretário-geral da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento); presidente honorário do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.

Tradução de João Maurício Teixeira da Costa